



Processo: 24/1404-0005657-3

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0003/2024

LOCADORES: Vitor Antonio Gobbato, CPF Nº 234.163.000-68; e Helenita De Fatima Gobbato, CPF Nº 427.037.940-53.

OBJETO: Locação de imóveis localizados na Av. Presidente Vargas, nº 591, Bairro Lucas Araújo, Passo Fundo/RS, cujo somatório das áreas privativas é 886,70m², destinados ao uso e funcionamento da Delegacia da Fazenda Estadual de Passo Fundo/RS.

SOLICITANTE: RECEITA ESTADUAL

DOTAÇÃO: U.O.: 14.90; Projeto: 1918; Recurso: 1169.

VALOR MENSAL: R\$ 27.981,90 (vinte e sete mil, novecentos e oitenta e um reais e noventa centavos).

VALOR TOTAL (60 meses): R\$ 1.678.914,00 (um milhão, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e quatorze reais)

BASE LEGAL: Inciso V do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

JUSTIFICATIVA: O imóvel atende plenamente às necessidades da SEFAZ, tendo em vista a estrutura vigente que proporciona quanto à habitabilidade, localização e segurança, uma vez que o imóvel já está devidamente adequado às demandas da 5ª DRE. O valor proposto está de acordo com o praticado no mercado imobiliário local. Ademais, o prédio é compartilhado com a PGE, que ocupa o terceiro e quarto andares, o que facilita o atendimento aos contribuintes; toda a rede de internet da Sefaz já está instalada no imóvel; a adaptação de um novo imóvel geraria muitos gastos extras à SEFAZ, além do valor do aluguel.

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a inexigibilidade de licitação, nos termos do Inciso V do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

Em __/__/2024.



24140400056573



Nome do arquivo: 86201246123697495193176442322611189196165218825331143246921371921381245612213150_pdf_p7s.pdf

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR	TIPO ASSINATURA
Edison Moro Franchi	08/10/2024 11:59:50 GMT-03:00	69442592068	assinatura válida	

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020. Para conferir a autenticidade do documento informe CHAVE 24140400055573007870295520241008 e CRC 18.5121.7373, em: <https://secweb.procergs.com.br/praj4/proaconsultapublica>.